

Thiery

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

Qu
WZ

ACTA Nº. 32

Aos onze dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro em segunda reunião da sessão ordinária do mês de Novembro do ano de mil novecentos e oitenta e três, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais, António Rodrigues Garcês e João Barreto Ferraz Sachetti Malheiro Távora, Primeiro e Segundo Secretários eleitos, respectivamente, e com a presença dos Vogais Henrique Manuel Marques Domingos, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Manuel Maria de Melo Alte da Veiga, Eduardo António Ramalheira, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Maria Helena Dias Camelo, António Adérito Brás Coelho e Silva, Domingos Simões Maia, Ester da Conceição Rocha Martins, Dinis José Capitolino Magueta, Rui José Gomes de Brito, Carlos Júlio Lourenço Paciência, Fernando Queirós de Almeida e Silva, António José Valente, António Correia Marques da Silva, Fernando Augusto de Oliveira, João Gamelas da Silva Matias, Jaime Ferreira Marques Vieira, Eugénio Martins das Neves, Manuel Branco Pontes, Manuel Pereira Cabral Monteiro, António Ferreira da Silva.

Pelas 10.00 horas, o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais António Manuel Pinto Soares Machado, Carlos Vicente Ferreira, Fernando da Conceição Mendes, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, João Pereira Soares, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, António Manuel de Almeida Alves, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias Pinho de Melo, Lúcio de Jesus Lemos, Silvério Conde Teixeira, Alberto Mourão Martins, Maria de Fátima Cardoso de Faria Tavares, Manuel Simões Madail, António Henriques Sancho, Celestino Alberto dos Santos Antunes.

De imediato, o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de falta apresentados pelos Vogais Carlos Lourenço Paciência, Antó-

*Am
MAG*

Am

nio Manuel Machado, Eduardo António Ramalheira e Fernando da Conceição Mendes, que foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas. Imediatamente a seguir, deu-se início a ordem dos trabalhos.

PONTO Nº 1 - COMUNICAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:-

No uso da palavra, o Presidente da Câmara, de acordo com os preceitos legais vigentes, iniciou a sua comunicação acerca da actividade municipal, visando o capítulo da habitação, que ^{disse} continua a ser extremamente grave, embora tenha havido, ultimamente, uma certa movimentação no mercado privado de habitação.

Relativamente a esta matéria, deu nota dos empreendimentos levados a efeito pela Câmara, nomeadamente a entrega de casas na Quinta do Griné, a conclusão dos inquéritos relativamente ao concurso para atribuição de casas em Santiago, e a intenção da Câmara em promover a construção de cerca de quinhentos fogos em promoção indirecta, conforme consta do Plano de Actividades para o ano em curso.

Reportando-se ao problema dos acessos, que pensa será uma problemática que se prolongará durante alguns anos em Aveiro, referiu que a abertura ao trânsito do N.º Sul e da Avenida Artur Ravara processar-se-á em Julho, apesar das dificuldades criadas pela natureza dos terrenos onde se encontra localizado aquele N.º. Mais informou que se encontra na Câmara o projecto para o traçado definitivo da " Via de cintura afastada " ou nova Variante, e que irão ser efectuadas algumas reuniões com a Junta Autónoma de Estradas no sentido de lhe ser dada a formulação definitiva, e limar algumas arestas, nomeadamente no que se refere a quaisquer correcções de que o mesmo necessite.

Entretanto, deram entrada na sala os Vogais Jaime Machado e Manuel Gaspar Fernandes.

Ainda no uso da palavra, o Presidente fez uma pequena referência à via rápida Aveiro - Vilar Formoso manifestando, mais uma vez, a sua preocupação e sensibilizando a Assembleia, porque chegou a altura dos azeiteiros dizerem determinado tipo de verdades e não se deixarem ultrapassar da mesma forma como o estão a ser no longo processo de regionalização.

Abordando, de seguida, a problemática da política industrial, pensa que tem diminuído o investimento industrial, estando nos propósitos da Câmara definir uma nova zona industrial na Póvoa do Valado, por ser a zona que melhores condições ao acesso ferroviário oferece, e a actual zona industrial apenas será ampliada até ao futuro acesso ao porto comercial a fim de se impedir uma demasiada concentração urbana naquela zona.

No âmbito do ensino, deu nota dos encargos resultantes

*Em
Cabo*

Thur

da conservação das escolas do concelho, e no que se refere ao equipamento social informou que se encontra quase concluído o pagamento da aquisição do edifício para o Centro de Saúde de Esgueira, que foi adquirido o terreno em Eixo para a construção das novas escolas e do complexo social constituído pelas instalações da Junta de Freguesia e das instituições de carácter cultural da quella freguesia.

Informou, ainda, que a Central de Camionagem ainda não se começou a construir devido às dificuldades criadas na aquisição dos terrenos necessários, pois que são bastante, senão demasiado onerosos para serem adquiridos todos durante um só ano, prevendo-se que o arranque daquela Central seja a partir de Maio do ano corrente.

Relativamente à construção das eclusas, deu nota de algumas dificuldades técnicas, nomeadamente problemas de coordenação com a Capitania e com a Junta Autônoma do Porto de Aveiro e, ainda, problemas com a necessidade da manutenção da navegação marítima nalguns esteiros do Canal de S. Roque bem como haverá necessidade de dotar as marinhas de sal com acessos terrestres e criar condições para a sua reconversão e melhor aproveitamento.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Jaime Machado para, no seguimento das preocupações manifestadas pelo Presidente da Câmara quanto à marginalização a que tem sido votada a região de Aveiro em vários aspectos, lançar um alerta para o que se está a passar no campo agrícola e agro-pecuário, dado que considera demasiado grave o que se passa naquelas áreas, nomeadamente com a centralização de todos os Serviços em Coimbra. Mais salienta que é gritante e por demais preocupante, o desrespeito por tudo quanto se fez, na medida em que Aveiro, seu distrito e concelho, é um polo dinamizador de toda uma política que em tempos foi acertada.

Em face do exposto e embora reconheça que não seja o local próprio para que se encetem acções tendentes a corrigir aquelas anomalias, entende que a Assembleia e a Câmara Municipal têm que tomar atitudes perante tais factos, pois que não será esta a regionalização que os aveirenses pretendem.

Entretanto, deram entrada na sala os Vogais António Rocha Andrade e Albertino Moreira de Oliveira.

No seguimento das considerações tecidas pelo Vogal Jaime Machado, tomou a palavra o Presidente para corroborar das mesmas e, para que a Assembleia, dentro das suas limitações, possa tomar qualquer atitude, soli

Quinta

Almeida e Silva

citou a colaboração daquele Vogal no sentido de fornecer uma exposição fundamentada com todos os elementos e exemplos focados.

Seguidamente, o Vogal Fernando Almeida e Silva, no uso da palavra, solicitou esclarecimentos quanto ao tipo arquitectónico projectado para a segunda fase de Santiago, e apresentou a seguinte proposta, em nome da bancada do PSD: " Propõe-se que se delegue no Presidente da Assembleia e no Presidente da Câmara, como legítimos representantes dos dois órgãos autárquicos, para que tomem as atitudes que melhor entenderem, marcando, assim, inequivocamente, a preocupação que Aveiro e a região mantêm e sentem em serem marginalizados e ultrapassados em relação a Coimbra e outras regiões "

Também no uso da palavra, o Vogal António Correia da Silva, ao reportar-se às afirmações feitas pelo Presidente da Câmara, de que desde 1977 se assiste à marginalização de Aveiro, salientou que o problema vai mais além do que uma questão de bairrismo entre dois centros urbanos, pois que existem duas concepções políticas fundamentais por detrás de todo o processo, nomeadamente a que se refere à regionalização propriamente dita e a desconcentração ^{administrativa} a que corresponderão as chamadas " regiões plano "

Ainda no uso da palavra e, embora se manifeste solidário com algumas sugestões avançadas, entende que há outras questões mais graves, nomeadamente a intromissão, através do " pacote autárquico ", no poder das autarquias, e que deveriam ser abertos debates públicos sobre estes temas, fundamentados, tanto pela Assembleia como pela Câmara, e com a presença de técnicos, de membros responsáveis por estes acontecimentos e com deputados distritais.

Analisando, de seguida, algumas questões de outra dimensão, entende que a intenção da Câmara em vender as habitações pré-fabricadas de madeira aos seus moradores terá que ser colocada em termos facultativos, dados os parcos rendimentos da grande maioria dos seus moradores e os encargos resultantes da manutenção das referidas habitações, não tendo nada a objectar quanto à intenção da venda propriamente dita, pois que o capital a realizar poderia ser reinvestido em outros empreendimentos de igual cariz.

Seguidamente, deu nota da intervenção da deputada por Aveiro à Assembleia da República, Zita Seabra, sobre as consequências para a Ria de Aveiro da construção do porto comercial e da resposta do Governo de que " não se prevê qualquer aumento de salinidade ou qualquer alteração do biosistema da Ria ". Pelo que já foi dito nesta Assembleia, constata-se que não será verdade o que o Governo respondeu.

Deu
Murtosa

5 .

Deu, ainda, nota de outro requerimento apresentado pela mesma deputada sobre a questão da estrada-dique Aveiro - Murtosa e da resposta do Governo de que " ainda nem sequer os estudos de arranque do projecto foram feitos por insuficiência de verbas orçamentais ".

Em face do exposto, perguntou em que fase se encontra a criação da Associação de Municípios para a defesa da Ria, dado que pensa que tal Associação poderá vir a ter um papel preponderante no processo.

Concluindo a sua intervenção, perguntou em que termos e com que custos pensa a Câmara aderir à exposição canina que se vai realizar durante as " Festas da Cidade " e, ainda, quais as conclusões tiradas da reunião efectuada entre a Câmara Municipal, os Estaleiros de S. Jacinto e a Junta Autónoma do Porto de Aveiro.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Rui de Brito, para, no seguimento das considerações tecidas pelo Presidente da Câmara e pelos Vogais que o antecederam no uso da palavra sobre os problemas que afectam directamente o distrito de Aveiro e sua região, nomeadamente a marginalização em relação a Coimbra nas áreas da saúde, da agricultura, da pecuária, da cerâmica, dos acessos vários (via-rápida Aveiro - Vilar Formoso, estrada-dique Aveiro - Murtosa, conservação das estradas do distrito), do ensino etc. reafirmar ter chegado o momento oportuno para que as forças vivas do distrito possam, conjuntamente, tomar uma posição pública face aos Órgãos instituídos, pois que não vale a pena continuar a discutir, no seio desta Assembleia, assuntos em que todos estão de acordo.

Assim, pensa que deverá ser feito um levantamento de todos os anseios e projectos, que o Governo não tem podido ou querido concretizar, através de uma Comissão criada para o efeito, e tornados públicos junto da imprensa, dos deputados e do Governo Civil, pois que Aveiro e o seu distrito está a ser relegado para uma situação de subalternização económica e financeira que não se coaduna com os anseios da sua população e com os resultados obtidos através de estatísticas já efectuadas.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Presidente da Câmara para prestar alguns esclarecimentos sobre as questões colocadas informando que a venda de habitações será efectuada em termos facultativos concordando, portanto, com as preocupações manifestadas pelo Vogal António Correia da Silva quanto àquela temática.

Mais informou que foi criado o gabinete do Vouga, cuja instalação será feita pela Câmara, uma vez que, tecnicamente, foi reconheci-

*Qu
antes*

Muller

da a necessidade de se construir a estrada - dique Aveiro - Murtosa, e que, relativamente à Associação de Municípios para a defesa da Ria e Baixo - Vouga, está em fase de estudo a elaboração dos seus estatutos. No que se refere à participação da Câmara na exposição canina a levar a efeito durante as Festas da Cidade, informou que não haverá encargos financeiros para a autarquia, e que tal certame tem bastante interesse dada a movimentação de pessoas que produzirá.

Informou, ainda, que não foi realizada a reunião programa com a JAPA e com os Estaleiros de S. Jacinto, e que o tema a debater está relacionado com o problema da ligação entre margens e o consequente transporte de pessoas, para o que a Câmara não está vocacionada mas sim a Junta Autónoma, embora aceite a ideia de que a Câmara possa vir a fazer parte de uma futura Empresa Pública de Transportes da Ria.

Ainda no uso da palavra, informou que a Câmara intervirá directamente na segunda fase de Santiago, dado que será obrigatório o licenciamento de obras para aquele empreendimento.

Concluindo a sua intervenção, congratulou-se pela forma como foram abordadas questões tão importantes para o desenvolvimento de Aveiro e sua região, assumindo a responsabilidade de fazer o levantamento sugerido pelo Vogal Rui de Brito e, posteriormente, dar conhecimento dos resultados obtidos, propondo-se tomar uma atitude extremamente firme, na sequência das preocupações já manifestadas.

Seguidamente, tomou a palavra o Presidente da Mesa para tecer algumas considerações e manifestar a sua anuência face a todas as intervenções registadas. Contudo, e como as questões analisadas se revestem de extrema importância para o concelho e região de Aveiro, salientou que talvez se pudesse realizar uma sessão extraordinária para debater as mesmas com a presença do Sr. Governador Civil e com alguns deputados, para que se pudesse tomar uma posição inequívoca.

Também no uso da palavra, o Vogal António Rocha Andrade começou por salientar que, estando constitucionalmente instituída a problemática da regionalização e estando a Constituição com oito anos de existência, ninguém, neste país, com realismo, com acerto e com uma preocupação efectiva, fez algo para a concretização real daquela problemática, ou porque faltou a coragem política ou, ainda, porque os Órgãos do poder, da Assembleia da República ao Governo, não estão interessados em promover a sua concretização.

Assim, e embora esteja de acordo com as sugestões aponta

9
Aveiro
Filipe 7.

das, entende que as acções a desenvolver não poderão ser só pela Assembleia Municipal, através da sua mesa, ou pela Câmara Municipal, mas sim na conjugação efectiva de um conjunto de Câmaras que deverão sentir os mesmos problemas que sente a Câmara Municipal de Aveiro, porque a regionalização não está feita mas sim uma mera desconcentração de poderes.

Entretanto, deram entrada na sala os Vogais José Luis Cristo e Helder Filipe.

Concluindo a sua intervenção, salientou que deveria ser concretizada a regionalização por técnicos competentes, dando às diversas zonas ou sub-regiões, dentro de uma região, a prevalência no que são especificamente mais válidas e naquilo para que estão mais vocacionadas e mais competentes.

PONTO Nº. 2 - APRECIACÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS PARA O ANO DE 1984: - De imediato, o Presidente pôs à discussão, na generalidade, o Plano de Actividades dos Serviços Municipalizados.

Sobre a matéria em epígrafe, usou da palavra o Presidente da Câmara para fazer uma nota introdutória, começando por salientar que o plano irá ser desenvolvido num ano extremamente difícil financeiramente, dadas as limitações impostas pela Lei das Finanças Locais e a consequente diminuição de capacidade financeira das Autarquias Locais. Salientou, ainda, o trabalho de equipa desenvolvido pela Câmara Municipal de Aveiro, elogiando os Vereadores pelo discernimento e a coragem com que têm desempenhado as suas tarefas.

Concluindo a sua intervenção, pensa que a percentagem prevista para cumprimento do Plano de Actividades da Câmara e dos Serviços será na ordem dos oitenta por cento, dependendo, no entanto, de muitas circunstâncias, nomeadamente de ordem financeira.

Aberta a discussão, tomou a palavra o Vogal António Correia da Silva para, no seguimento das considerações acabadas de tecer pelo Presidente da Câmara no que se refere à Lei das Finanças Locais e às receitas para as autarquias, referir que alertou a Assembleia para o facto tendo, inclusivamente, apresentado uma proposta que, numa manobra dilatória, nem sequer chegou a ser discutida.

Relativamente ao Plano de Actividades, congratulou-se que tenha sido feito de acordo com o Decreto-Lei nº. 391/83, porque é um facto positivo que compensa o negativo pelo não cumprimento do artigo 93 que obri-

Que
nada

8 .

gava a que os orçamentos estivessem aprovados para que entrassem em vigor em 1 de Janeiro.

Mais salientou que o Plano reflete a situação financeira da Câmara, dado que terá menos receitas do que anteriormente, e não contempla o alargamento de todas as comodidades a todo o concelho, nomeadamente o saneamento e a rede de distribuição de águas, e que, no concernente à remodelação da rede de distribuição de águas na cidade, cujas verbas para tal efeito vêm diminuindo ano após ano, e com o aparecimento de maiores necessidades provocadas pelas novas construções, entende que deveria ser dada prioridade àquela situação, prevenindo-se, assim, o agravamento da mesma bem como as consequências resultantes da inflação.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Fernando Almeida e Silva para perguntar se, de facto, serão retirados os esgotos da ria no ano em curso e para quando se prevê um sistema, cabal, de tratamento das águas, por que toda a água que é colhida tem que ser analisada para ser devidamente tratada, e porque, dados os índices de crescimento da cidade e seu concelho, é necessário criar um laboratório de análises permanente.

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Manuel Rodrigues Simões.

Também no uso da palavra, o Vogal António Rocha Andrade manifestou a sua congratulação pelo facto do Plano apresentado já ter sido elaborado conforme determina o Decreto-Lei nº. 391/83 o que, face aos Planos anteriores, dá aos Vogais da Assembleia Municipal uma maior capacidade de ligação do abstracto ao concreto, ou seja à ligação entre o Plano e o Orçamento, salientando, contudo, que os Planos deveriam ser acompanhados de um texto introdutório e explicativo das razões que levaram à escolha e ao critério das obras enumeradas nos mesmos.

Concluindo a sua intervenção, faz votos para que, da discussão dos mesmos, surja um plano de obras realizáveis.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara referiu que, embora a lei não exija que os Planos sejam acompanhados de uma nota introdutória e explicativa, era sua intenção fazê-lo e que, só por falta de tempo, o não fez. No entanto, durante a discussão na especialidade de cada objectivo, dará as explicações que poderia ter dado através da referida nota explicativa.

Ainda no uso da palavra, referiu que o Plano de Actividades da Câmara enferma de algumas deficiências, dado que se optou pela aplicação dos moldes previstos na nova legislação para adaptação e teste aos Ser-

Que
mte

Filipe 9.

viços da Câmara e, até da própria Câmara, tanto mais que a sua concepção ainda não será definitiva, embora se reconheça que está elaborado com mais perfeição do que os anteriores.

Mais referiu que, dada a necessidade de os Serviços Municipalizados terem de adquirir autocarros novos, ter-se-á de recorrer à linha de crédito do Fundo Especial de Transportes e, porque aquela actividade é bastante deficitária, terá a Câmara Municipal de cobrir tais défices, tal como prevê a legislação em vigor.

Também no uso da palavra, o Vereador Eng^o. Sequeira Pereira informou que a actividade dos Serviços Municipalizados será desenvolvida de acordo com os objectivos que considera prioritários, nomeadamente dar resposta às situações mais carenciadas, procedendo à extensão da rede, continuar a proceder à remodelação da rede de distribuição de águas na cidade e, ainda, tentar rentabilizar a exploração da água a fim de diminuir os prejuízos. Mais informou que, no âmbito do tratamento da água ele processa-se, actualmente, logo à saída dos furos com equipamento próprio e que, futuramente, toda a água será armazenada em depósitos próprios aí se procedendo ao devido tratamento, pois que será montado um laboratório dos próprios Serviços Municipalizados, prevenindo-se, ainda, a manutenção do contrato com os Serviços de Saúde.

Relativamente ao sector do saneamento, informou que os Serviços Municipalizados apontam para a extração dos esgotos que efluem para os canais urbanos da ria, esperando que tal facto venha a ser concretizado durante o ano de 1984.

Encerrada a discussão na generalidade, o Presidente submeteu o Plano à votação, tendo o mesmo merecido aprovação por unanimidade.

Seguidamente, foi o referido Plano submetido à apreciação na especialidade.

CAPÍTULO I - SERVIÇO DE ÁGUAS:- Sobre o tema em epígrafe, pronunciou-se o Vogal António Correia da Silva, nomeadamente sobre a remodelação da rede de distribuição de água à cidade e os graves inconvenientes resultantes das péssimas condições de conservação da mesma, que face às solicitações impostas pelo crescimento urbano, deveria ser dada maior prioridade à sua remodelação senão globalmente, pelo menos parcialmente a incidir nas zonas mais afectadas pela construção de edifícios de maior porte.

Também no uso da palavra, o Vogal Rui de Brito começou por evocar a persistência que o Vogal Fernando Almeida e Silva tem dedicado à temática da potabilidade da água, e perguntou se a água distribuída é ou não potável, pese a existência de certos condicionalismos provocados pelas cons-

*Qu
antes*

Ching

tantes ruturas das condutas citadinas, que urge reparar, nem que para tanto seja necessário recorrer à alteração das verbas previstas para o efeito.

Concluindo a sua intervenção, perguntou para quando se prevê a execução total da remodelação da rede de águas da cidade.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Jaime Machado para se congratular pelo facto de o Plano de Actividades prever que durante o ano de 1984, seja levada a água a alguns lugares das zonas rurais do concelho, e fazer votos para que tal previsão se torne uma realidade.

Ainda no que se refere à problemática da água, aquele Vogal reforçou as preocupações manifestadas pelo Conselho Municipal no seu parecer sobre o Plano, porquanto deveria ser alertada a Direcção Hidráulica para os riscos que se correm ao permitir que a Funfrape faça um furo para extracção de água para a laboração daquela empresa, tanto mais que a zona freática poderá vir a ficar altamente degradada.

A fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tomou a palavra o Vereador Eng^o. Sequeira Pereira que começou por informar que não é a Câmara que superintende no licenciamento dos furos mas sim a Direcção dos Recursos Hídricos, nem tão pouco serão os Serviços Municipalizados a fornecer água à Funfrape. Mais referiu que, dadas as grandes quantidades de água que aquela empresa necessita para a sua laboração, prevê-se que a sua recolha seja feita directamente do Rio Vouga.

No entanto, considera oportuna a chamada de atenção e in forma que serão tomadas as necessárias providências.

Reportando-se, de imediato, às questões inerentes à remo delação da rede urbana, informou que as prioridades incidirão na zona do bair ro do Liceu e da Av^a. Dr. Lourenço Peixinho.

Encerrada a discussão do capítulo I - Serviço de Águas, o Presidente submeteu-o à votação, na especialidade, tendo o mesmo merecido aprovação por unanimidade.

CAPÍTULO II - SERVIÇO DE SANEAMENTO: - Sobre aquela matê ria, tomou a palavra o Vogal Ant^onio Rocha Andrade para perguntar se, face ao parecer do Conselho Municipal, a questão do saneamento na Freguesia de S. Ja cinto e o seu lançamento final, dada a dotação orçamental para o efeito, será de rápida conclusão.

Dado que o assunto é importante e não está tratado no Plano, perguntou se já estão terminadas as obras de extracção do saneamento do lago do parque, e se não estão, porque motivo não constam do Plano.

Quinta

Filia

Também no uso da palavra, o Vogal Eugénio Neves perguntou se, a médio prazo, não existe qualquer plano para minimizar os problemas existentes com a falta de saneamento nas Freguesias rurais, pois entende que tal sector não é menos importante do que o das águas.

De imediato, tomou a palavra o Vereador Eng^o. Sequeira Pereira para informar que estão encomendados vários estudos para várias zonas rurais muito embora não sejam para execução imediata dados os elevados custos para tais empreendimentos. Contudo, porque existem normas que obrigam à construção de fossas nas novas construções entende que a função de fiscalizar e mentalizar às populações para que se não façam despejos para as ruas, não só compete aos Serviços da Câmara como também as Juntas deveriam desempenhar papel preponderante na referida situação.

Mais informou que a conclusão do saneamento em S. Jacinto depende da construção ^{de} /um paredão, a executar pela Junta Autónoma do Porto de Aveiro, e da construção de um grande tanque para a recolha dos esgotos, obras que terão de ser executadas paralelamente. Quanto aos esgotos que efluem para o lago do parque, informou que ainda não estão retirados na sua totalidade dada a existência de ligações pirata, apesar dos esforços desenvolvidos nesse sentido.

Concluindo a sua intervenção, salientou a preocupação dos Serviços Municipalizados na resolução do problema do saneamento na urbanização de Azurva, apesar de tal empreendimento ser da responsabilidade do urbanizador.

Encerrada a discussão, na especialidade, do capítulo II - Serviço de Saneamento, foi o mesmo submetido à votação tendo merecido aprovação por unanimidade.

Entretanto, os trabalhos foram interrompidos para almoço. Eram 13.00 horas.

Retomados os trabalhos pelas 15.00 horas e feita novamente a chamada, verificaram-se as seguintes presenças: Francisco Fernando da Encarnação Dias, Henrique Manuel Marques Domingos, José Luis Rebocho de Albuquerque Cristo, António Rodrigues Garcês, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Manuel Maria de Melo Alte da Veiga, Albertino Moreira de Oliveira, Eduardo António Ramalheira, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Maria Helena Dias Camelo, António Adérito Brás Coelho e Silva, Domingos Simões Maia, António Rocha Dias de Andrade, Ester da Conceição Rocha Martins, Dinis José Capitolino Magueta, João Barreto Ferraz Sachetti Malheiro Távora, Rui José Gomes de Bri-

Quinta

Filipe

to, Carlos Júlio Lourenço Paciência, Fernando Queirós de Almeida e Silva, Antônio José Valente, Jaime Rodrigues Machado, Antônio Correia Marques da Silva, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, João Gamelas da Silva Matias, Eugênio Martins das Neves, Manuel Branco Pontes, Manuel Pereira Cabral Monteiro, Antônio Ferreira da Silva, Manuel Gaspar Fernandes.

Verificaram-se, ainda, as faltas dadas pelos Vogais Antônio Manuel Pinto Soares Machado, Carlos Vicente Ferreira, Fernando da Conceição Mendes, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, João Pereira Soares, Helder Oliveira dos Santos Filipe, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Antônio Manuel de Almeida Alves, Maria Antônia Corga de Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Lúcio de Jesus Lemos, Alberto Mourão Martins, Maria de Fátima Cardoso de Faria Tavares, Manuel Simões Madail, Antônio Henriques Sancho, Jaime Ferreira Marques Vieira, Celestino Alberto dos Santos Antunes.

CAPÍTULO III - TRANSPORTES COLECTIVOS: Aberta a discussão, na especialidade, do assunto em epígrafe, tomou a palavra o Vogal Antônio Rocha Andrade para corroborar o parecer emitido pelo Conselho Municipal a propósito da matéria em análise, congratulando-se, portanto, com diversas alterações introduzidas nas carreiras dos autocarros e chamou a atenção para a necessidade de se dotarem as paragens dos autocarros com abrigos em boas condições, tendo em atenção a sua qualidade estética de acordo com os locais de implantação e, ainda, a sua conservação higiénica.

Também no uso da palavra, o Vogal Antônio Correia da Silva considera úteis as alterações programadas, porquanto elas vêm ao encontro dos anseios manifestados pelas populações. Embora saliente, com agrado, as preocupações de estética quanto aos abrigos, entende que a sua configuração actual não é de todo eficaz, pelo que os mesmos deveriam ser construídos com protecções laterais e dotados de bancos.

Seguidamente, usou da palavra o Vogal Antônio Coelho e Silva para registar, com agrado, as alterações introduzidas nos novos horários e novas carreiras, nomeadamente em relação à carreira que serve a Zona Industrial. Contudo, chamou a atenção para a falta de conservação das placas indicativas das paragens, dado o mau aspecto que daí resulta.

De imediato, o Vogal Eugênio Neves, no uso da palavra, manifestou a sua congratulação pela alteração introduzida na carreira que servia a Costa do Valado pois que, a partir de agora, passarã a servir S. Bento satisfazendo, assim, as aspirações da população daquele lugar. Contudo, pensa que deverá ser reajustada para que melhor possa servir as populações que pos-

Quarta

Manuel

...sam vir a ser prejudicadas com a referida alteração.

Mais referiu que nem só as paragens existentes na cidade necessitam de ser dotadas de abrigos, pelo que se deveria voltar a atenção também para as paragens das zonas rurais.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Manuel Alte da Veiga para reforçar a sua anterior preocupação quanto à necessidade de se incentivar a utilização dos transportes colectivos, quer pela população em geral quer especificamente, pela população da cidade, pois que, tais medidas, originariam um maior descongestionamento de tráfego e, naturalmente, trariam vantagens económicas e anti-poluentes.

Finalmente, perguntou até que ponto a planificação dos transportes colectivos está coordenada com o plano geral de urbanização da cidade, nomeadamente no que se refere a futuros parques de estacionamento que venham a ser servidos por aquele tipo de transporte, previsão de faixas de rodagem exclusivas e, dum modo geral, precedência e desenvolvimento dos transportes colectivos sobre os privados, libertando várias zonas de estacionamento e trânsito de viaturas particulares.

De seguida, tomou a palavra o Vogal Fernando Almeida e Silva para perguntar o que prevêm os Serviços Municipalizados no sector dos transportes escolares obrigatórios que, segundo o Orçamento Geral do Estado, são da responsabilidade das Câmaras Municipais. Mais perguntou porque não se prevê nada quanto à Central de Transportes e para quando se prevê a extensão das carreiras dos transportes colectivos até à povoação de Tabueira.

De novo no uso da palavra, o Vereador Eng.º Sequeira Pereira passou a prestar os esclarecimentos solicitados, começando por informar que os Serviços Municipalizados vão implementar dois tipos de abrigos, nomeadamente para as zonas rurais e para a zona urbana.

Mais informou que as alterações introduzidas nos novos horários e carreiras foram no sentido de satisfazer as variadas solicitações manifestadas pela população, embora também sejam implementados a título experimental. No que se refere à problemática da coordenação dos transportes colectivos com o plano geral de urbanização, informou que, embora exista uma planificação, só é aplicada conforme se vão criando novas vias de acesso, estando, portanto, a Câmara atenta ao problema.

No âmbito da criação de novas carreiras, nomeadamente para servir as povoações de Tabueira, Cacia e outras, informou que, apesar dos esforços desenvolvidos pelos Serviços Municipalizados, ainda não é possível sa

Quinta

tisfazer tais solicitações, embora sejam anotadas para que, logo que possível, se possa dar solução às referidas pretensões.

Também usou da palavra o Presidente da Câmara para informar que, no que se refere aos transportes escolares, a situação ainda está extremamente indefinida e não regulamentada, pelo que se aguarda que o Governo a regule até Outubro, não tendo, portanto, a Câmara qualquer responsabilidade na referida situação no concelho de Aveiro.

Seguidamente, o Vogal António Ferreira da Silva, no uso da palavra, solicitou esclarecimentos relativamente ao prolongamento da carreira nº. 3 até S. Bento, perguntando se tal prolongamento resultou de algum estudo do índice de utilização. Fez, ainda, referência à necessidade de se colocarem abrigos nas paragens das zonas rurais bem como à necessidade de se ajustarem os horários das carreiras aos horários escolares, nomeadamente dos alunos que frequentam o 12º. ano.

Encerrada a discussão, na especialidade, do Capítulo III - Transportes Colectivos, foi o mesmo submetido à votação, tendo merecido aprovação por unanimidade.

ORÇAMENTO ORDINÁRIO DA RECEITA E DESPESA: - Aberta a discussão, na generalidade, tomou a palavra o Vogal Carlos Paciência para registar, com agrado, o facto de se verificar uma diminuição significativa dos empréstimos, em relação ao ano anterior, a que corresponderá uma maior independência financeira dos Serviços Municipalizados.

Também no uso da palavra, o Vogal Fernando Almeida e Silva começou por se reportar às indemnizações compensatórias concedidas a vários Serviços Municipalizados em função dos prejuízos dos transportes colectivos. Dado que houve uma promessa de conceder trinta mil contos aos Serviços Municipalizados, perguntou se está prevista a concretização de tal promessa.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Manuel Gaspar Fernandes para perguntar quais as causas que provocam os prejuízos dos Serviços Municipalizados na exploração das carreiras dos transportes colectivos quando, relativamente às empresas privadas, se verifica a existência de lucros na exploração das suas carreiras.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos solicitados e teceu algumas considerações de índole geral, informando que, no ano de 1983, a Câmara Municipal de Aveiro não recebeu qualquer indemnização compensatória, embora estejam prometidos e despachados, para Aveiro, de quarenta a cinquenta mil contos para o ano de 1984, o que só se veio

Caro
Auto

a verificar depois de se terem feito várias reclamações e, ainda que, sendo aquela indemnização respeitante ao ano transacto, a Câmara tudo fará para que o mesmo se venha a verificar em 1984.

Mais informou que, dada a função social dos transportes colectivos, não é possível que a sua exploração dê lucros, embora seja desejável que se rentabilize, minimamente, a sua exploração. Salientou, ainda, a previsão de uma inversão na política dos transportes para o ano de 1985, o que virá alterar, substancialmente, toda a filosofia dos mesmos, proporcionando uma cobertura muito maior dos prejuízos da sua exploração.

Encerrada a discussão, na generalidade, do Orçamento Ordinário da Receita e Despesa dos Serviços Municipalizados, foi o mesmo submetido à votação tendo merecido aprovação por unanimidade.

De imediato, deu-se início à discussão, na especialidade, do referido documento, na parte que respeita à RECEITA.

Assim, tomou a palavra o Vogal Carlos Paciência para solicitar alguns esclarecimentos de índole técnica, nomeadamente quanto à proveniência da quantia de onze mil contos, resultante de juros de diversas origens e, ainda, quais os empréstimos que obrigam a uma despesa de dezassete mil e quinhentos contos, relativa aos correspondentes juros.

Sobre as questões colocadas, prestaram os devidos esclarecimentos tanto o Vereador Eng^o. Sequeira Pereira como o Presidente da Câmara, informando que a receita prevista de onze mil contos se refere a depósitos a prazo efectuados pelos Serviços e que a despesa de dezassete mil e quinhentos contos resulta de empréstimos contraídos aquando da aquisição de vários autocarros para os transportes colectivos.

De novo no uso da palavra, o Vogal Carlos Paciência solicitou esclarecimentos quanto à inserção da verba de 62000 contos na parte da Receita dos Serviços Municipalizados, capítulo IV, alínea 20.

Sobre aquela questão, prestou os devidos esclarecimentos o Chefe da Secretaria da Câmara Municipal, informando que tal verba corresponde ao saldo positivo da gerência de 1983 dos Serviços Municipalizados que, face à lei, pertencem à Câmara Municipal, a quem compete também suportar os prejuízos, se os houver.

De novo no uso da palavra, o Vogal Carlos Paciência entende que tal método é uma forma de empolar as receitas bem como não se encontra devidamente inscrita no orçamento.

Também no uso da palavra, o Presidente da Câmara informa

*Em
Anexo*

que o método adoptado tem fundamento legal, permitindo à Câmara pagar as suas dívidas aos Serviços Municipalizados através do seu próprio saldo que, de acordo com a lei vigente, é pertença da Câmara Municipal.

Encerrada a discussão, na especialidade, da parte correspondente à Receita do Orçamento dos Serviços Municipalizados, foi a mesma submetida à votação, tendo merecido aprovação por unanimidade.

DESPESA: - Aberta a discussão e dado que nenhum Vogal usou da palavra, foi a mesma submetida à votação tendo merecido aprovação por unanimidade.

PONTO Nº. 3 - APRECIACÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 1984:- Aberta a discussão, na generalidade, tomou a palavra o Vogal António Correia da Silva para salientar a importância da publicação do Decreto-Lei nº. 341/83 sobretudo para os Órgãos deliberativos, porque contém algumas inovações e disposições extremamente positivas, nomeadamente ao estabelecer que o Plano deve ser elaborado, estruturado e organizado por objectivos, programas, projectos e, eventualmente, por acções. Considera, ainda, positivo que estabeleça, de forma mais clara e precisa, uma disposição legal tendente a sublinhar a acção fiscalizadora da Assembleia Municipal.

Mais refere que, se for cumprido o espírito da lei, deixa de haver lugar à elaboração de meras listas de intenção, que é o que têm sido os Planos de Actividades da Câmara de Aveiro bem como permite que se façam revisões aos Planos de Actividades.

Contudo, salienta que esta lei também tem alguns aspectos negativos, nomeadamente porque permite que o executivo delegue no Presidente a aprovação de alterações ao orçamento, contrariando, portanto, o espírito da Lei nº. 79/77, e possibilitando uma interferência nos estatutos das autarquias locais.

Concluindo a sua intervenção, salienta que, embora um Plano de Actividades tenha que ter uma certa maleabilidade, embora a Câmara Municipal já tenha elaborado de acordo com a nova lei, falta-lhe o essencial que é a definição das prioridades porque o Plano de Actividades, tal como foi elaborado, é um Plano plurianual.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Eduardo Ramalheira para acentuar os méritos indesmentíveis do Plano presente para aprovação, porque é indubitável que a hierarquização das rúbricas está correctamente elaborada, bem como a afectação dos recursos financeiros parece estar proporcionada.

Rui
Mite

da de acordo com as prioridades e a mobilização dos recursos, considerando, assim, suficientemente amplo e honesto para ser votado favoravelmente.

Contudo, e sem colocar em segundo plano os méritos acentuados, pensa que o mesmo deveria ser acompanhado de um documento escrito, que descrevesse e que permitisse divisar a interfuncionalidade das obras e das rubricas e explicitar, de uma maneira concreta, as metas a atingir, como também não existe um diagnóstico das carências mais gritantes e um levantamento sócio económico que permita, em relação às populações existentes, caracterizá-las, saber os seus estados etários, e seus extractos sócio-profissionais, saber qual a incidência dos fluxos de migração para o nosso concelho, visto que é um polo de desenvolvimento em relação a inter-lande menos desenvolvido.

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Silvério Conde Teixeira.

Também no uso da palavra, o Vogal António Rocha Andrade reforçou as considerações anteriormente tecidas quanto à falta da nota introdutória e explicativa que, tal como no Plano de Actividades dos Serviços também no da Câmara se regista.

Contudo, regista a melhoria introduzida no Plano com a aplicação do Decreto-Lei nº. 341/83, na medida em que ainda não seria obrigatório aplicar, louvando, portanto, a iniciativa tomada pelo Órgão executivo, acentuando, no entanto, a falta do já referido texto que teria duas virtualidades fundamentais, nomeadamente a função pedagógico explicativa das razões pelas quais foram escolhidas as obras inseridas no Plano e, ainda, o estabelecimento das prioridades dentre aquelas obras.

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal considera que a nova legislação, através do artigo 34º., ao estabelecer que o município, através do seu Órgão executivo, aprove e apresente o relatório de actividades e a conta de gerência do ano anterior, até ao mês de Março aos Órgãos deliberativos e consultivos, o faz para que, aqueles Órgãos disponham de elementos básicos e comparativos e para que se possa traçar um plano melhor no ano seguinte.

De imediato, tomou a palavra o Vogal Rui de Brito para perguntar se o Plano, submetido à apreciação da Assembleia, no que respeita ao seu cumprimento, se vai situar na ordem dos 80% e, ainda, se o Plano do ano transacto foi cumprido também na ordem dos 80%, então definidos pelo Presidente da Câmara.

Seguidamente, tomou a palavra o Presidente da Câmara para

Dr. Costa

tecer algumas considerações na generalidade e informar que o Plano de Actividades, tal como está elaborado, define as prioridades absolutas que a Câmara pretende executar durante o ano de 1984, e que se for cumprido em 80% do seu todo, atingir-se-á uma boa meta.

Contudo, refere que a Câmara tudo fará para que o mesmo seja cumprido integralmente.

Encerrada a discussão, do Plano de Actividades da Câmara, na generalidade, foi o mesmo submetido à votação tendo merecido aprovação com 30 votos a favor e 1 abstenção.

De seguida, o Vogal Jaime Machado, fez a seguinte declaração de voto: "Votei a favor, muito embora subscreva as dúvidas do Dr. Correia, meu camarada na bancada da APU. Esta atitude baseia-se fundamentalmente no facto deste Plano, apesar de tudo, mostrar já uma melhoria em relação ao Plano de 1983, que votei a favor, na generalidade. Tudo leva a crer assim que, em anos futuros, a sua apresentação respeite a forma de texto que muitos deputados referiram. Quero dizer, as dúvidas que tenho, não são suficientes agora para votar de outra forma".

Também no uso da palavra, o Vogal António Rocha Andrade, fez a seguinte declaração de voto: "A bancada do Partido Socialista votou favoravelmente na generalidade este Plano, pela circunstância de entender que, pela forma como está elaborado, não poderia ter outra alternativa, até pelo facto de o Senhor Presidente da Câmara ^{ter} referido a intenção da Câmara de o cumprir na sua totalidade ou quase e, nessa perspectiva, não haveria razão desta bancada para o não votar favoravelmente".

Entretanto, abandonou a sala o Vogal Manuel Alte da Veiga.

Imediatamente a seguir, iniciou-se a discussão, na especialidade, do Plano de Actividades da Câmara Municipal, objectivo por objectivo.

Entretanto, abandonaram a sala os Vogais Carlos Paciência e António Rocha Andrade.

OBJECTIVO 01 - EDUCAÇÃO - Aberta a discussão, tomou a palavra a Vogal Ester da Conceição Rocha Martins para referir que, não prevendo este capítulo qualquer actividade da Câmara a desenvolver no âmbito do ensino secundário, nomeadamente no que se refere à Escola Secundária de Esgueira contrariamente ao Plano de Actividades do ano transacto, conhecendo-se as preocupações dos Conselhos Directivos perante a gravidade da situação, perguntou

*Que
mte*

Filipe

quais as responsabilidades e preocupações da Câmara e da Assembleia ao não de
dicar qualquer atenção à referida problemática.

Também no uso da palavra, o Vogal António Correia da Silv
va corrobora as preocupações manifestadas quanto à Escola Secundária de Esgueir
ra. Contudo, e porque considera de extrema importância a acção a desenvolver
no âmbito do ensino de adultos ou mais propriamente no âmbito da alfabetização
e, muito embora não seja um problema da Câmara Municipal de Aveiro ou de quaisq
uer outras, mas que é, sem dúvida, um problema grave da sociedade portugues
sa, pensa que seria interessante que a Câmara desse um impulso no sentido de
minimizar tal situação, contactando a Direcção Escolar e todas as entidades v
vocacionadas para o ensino para que se elaborasse um estudo das carências exis
tentes.

De imediato, tomou a palavra o Vogal António Ferreira da
Silva para solicitar esclarecimentos quanto à situação e finalidade da Escola
Secundária n.º 2 e, ainda, se existe algum plano para a construção de uma Es-
cola Primária em Vilar ou se nas rubricas " Conservação e reparação de edifí-
cios " e " aquisição de equipamento " ^{esta} /contemplada a actual Escola de Vilar,
dadas as péssimas condições oferecidas aos seus utentes.

Manifesta, contudo, o seu agrado pela iniciativa tomada
pela Câmara quanto à aquisição de instalações para a Delegação Escolar, dado
que é crítica a situação em que aquela delegação labora.

Concluindo a sua intervenção, perguntou se a Câmara ^{tem} /alg
uma opinião acerca da extinção do Posto de Educação de Adultos em S. Bernardo,
dado que lhe parece haver questões de ordem político - partidária.

Seguidamente, tomou a palavra o Presidente da Câmara para
prestar os esclarecimentos solicitados, começando por lamentar o facto de se
encontrarem paradas as obras da construção da Escola Secundária de Esgueira e
salientar os graves inconvenientes daí resultantes para o novo ano lectivo,
dada a actual incapacidade dos edifícios Escolares, embora a Câmara tenha de
manifestar as suas preocupações por tal facto, tanto mais que o planeamento do
ensino é feito pelo Gabinete de Estudos do Ministério da Educação sem qualquer
consulta às Câmaras, o que é preocupante.

Mais informou que dado o atraso que se verifica na cons-
trução daquele edifício escolar, dado que quando se verificar a sua abertura
ao ensino as suas instalações já serão insuficientes, é muito provável que o
edifício da Escola Secundária n.º 2 tenha que continuar a exercer as mesmas
funções, o que provoca graves problemas à Câmara Municipal pois que, adquirino

Quinta

Thurley

do edificio, poderia desdobrar os seus serviços administrativos e técnicos, dada a exiguidade das suas actuais instalações.

Concluindo a sua intervenção, deu nota das preocupações e da acção a desenvolver pela Câmara Municipal no âmbito da restauração do equipamento das escolas primárias bem como do apoio dado à Delegação Escolar, no âmbito da educação de adultos, cedendo, para o efeito, as instalações solicitadas.

Encerrada a discussão do objectivo - Educação, na especialidade, foi o mesmo submetido à votação, tendo merecido aprovação por unanimidade.

O Vogal António Correia da Silva, no uso da palavra, fez a seguinte declaração de voto: "Votamos favoravelmente apesar de acolhermos o parecer do Conselho Municipal no que se refere à não existência dum escalonamento e levantamento das necessidades".

OBJECTIVO 2 - CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:- Sobre esta matéria, tomou a palavra o Presidente da Câmara para, em linhas gerais, traçar a actividades que a Câmara se propõe desenvolver no âmbito da cultura, desporto e tempos livres.

De imediato, tomou a palavra o Vogal António Correia da Silva para perguntar de que género e quantos são os espectáculos previstos no projecto 05 "concertos sessões musicais e espectáculos". Mais perguntou que tipo de medalhas e para que efemérides se destinam, as consignadas no projecto 09 "Emissão de medalhas comemorativas de efemérides importantes".

Ainda no uso da palavra, e reportando-se à recuperação do edificio destinado ao Centro Cultural, formulou votos para que se inicie mesmo a dita recuperação, reformulando a sua anterior sugestão de que o edificio deveria ser visitado por esta Assembleia para que posteriormente, os seus membros pudessem formular ideias sobre a questão.

Solicitou, ainda, vários esclarecimentos, ^{nomeadamente} onde serao construídos os futuros campos de ténis, qual montante para cada investimento dos previstos nos projectos 05 e 10, e para que efeito são os terrenos a adquirir, inseridos no projecto 06.

Dado que o plano não prevê nada quanto à preservação da azulejaria existente no concelho, dado que a Câmara deve ter um papel preponderante na sua conservação, sugere que se proceda a um levantamento exaustivo e à elaboração de um plano concreto para a sua preservação bem como deveria tomar diligências no sentido de preservar a Fonte da Ribeira de Esgueira, obra do

século XVII em adiantado estado de degradação.

Concluindo a sua intervenção, aquele Vogal considera que a Câmara, ao pensar promover espectáculos, deveria inscrever uma verba para apoio de transportes permitindo, assim, a deslocação, quer de alunos ^{das} escolas quer de municípes residentes em zonas muito afastadas da cidade, porque seria uma forma dinâmica de a Câmara apoiar a cultura.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal António Manuel Granjeira para manifestar a sua congratulação quanto ao início previsto para a construção das piscinas municipais, dada a importância de que se reveste para a cidade tal empreendimento, registando, ainda, com agrado, a política seguida pela Câmara no que se refere ao apoio dedicado às zonas desportivas das freguesias rurais. Relativamente à atribuição de subsídios às associações e iniciativas desportivas, para o que deve haver uma política definida, perguntou se há já alguma previsão das iniciativas a subsidiar.

Mais referiu que deveria constar no plano uma rubrica destinada ao aproveitamento, para a prática do desporto, do pavilhão rectangular da Feira de Março.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Fernando Almeida e Silva para manifestar a congratulação da bancada do PSD pelo facto de se prever o início da construção das piscinas municipais, mantendo, embora, algumas reservas.

Relativamente ao apoio previsto às zonas desportivas e, em especial, à zona desportiva de S. Bernardo, manifesta as dúvidas da bancada do PSD quanto ao tipo de apoio àquela zona.

Assim, perguntou, se o apoio contempla a construção do pavilhão projectado para aquela zona ou que tipo de apoio prevê a Câmara prestar.

Entretanto, o Vogal Rui de Brito, no uso da palavra, perguntou se já está definido o local para a implantação das piscinas municipais e que fase e tipo de recuperação inicialmente se pretende fazer no edifício destinado ao Centro Cultural, de acordo com a verba orçamentada para o efeito.

A fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tomou a palavra o Vereador Custódio Ramos, começando por informar que, no que se reporta à realização de concertos e sessões musicais, são iniciativas que a Câmara tem necessidade imperiosa de apoiar, e que, em colaboração com a Conservatório Regional de Aveiro, estão a ser levados a cabo alguns daqueles espectáculos. No âmbito dos espectáculos, refere que se adoptou aquela designação genérica,

*Quem
mte*

Ally

dado que tanto se poderá apoiar o teatro como quaisquer outras iniciativas, nomeadamente o ballet, a ópera entre outras.

Mais informou que o projecto para emissão de medalhas co memorativas prevê o assinalar de duas efemérides, os 550 anos da Feira de Março e os 225 anos da elevação de Aveiro a cidade, pretendendo-se, ainda, salvaguardar a ocorrência de quaisquer outras efemérides.

Também no uso da palavra, o Presidente da Câmara informou que a Câmara decidiu lançar um concurso fotográfico no sentido de recolher a opinião pública sobre o que há de importante a preservar no concelho de Aveiro, o que dará possibilidades à Câmara de fazer o levantamento sugerido pelo Vogal António Correia da Silva não só no que se refere à azulejaria mas em tudo o que houver de preservar.

Relativamente à recuperação do Edifício destinado ao Centro Cultural, salientou, tal como o fez o Vogal Custódio Ramos, que este é o ano decisivo para o arranque de tal investimento, cuja recuperação se processará durante os próximos quatro anos.

Entretanto, reentrou o Vogal António Rocha Andrade.

Ainda no uso da palavra, o Presidente da Câmara prestou vários esclarecimentos sobre questões pontuais, nomeadamente no que se refere ao apoio às zonas desportivas e não à construção de quaisquer pavilhões que integrem aquelas zonas.

Imediatamente a seguir, o Presidente submeteu à consideração da Assembleia as seguintes propostas de recomendação ao executivo, apresentadas pelo Vogal António Correia da Silva, a propósito da sua anterior intervenção e no que respeita à discussão do objectivo 02 - Cultura, Desporto e Tempos Livres: " Recomenda-se que ao objectivo 02-01-05 - CULTURA - seja dada a seguinte redacção - concertos, sessões musicais e espectáculos na cidade e nas freguesias "; " Recomenda-se que a Câmara Municipal diligencie no sentido da preservação da Fonte da Ribeira de Esgueira, em adiantado estado de degradação " ; " Recomenda-se que a Câmara Municipal faça o levantamento das obras de azulejaria existentes no concelho de Aveiro e tome as medidas necessárias à sua preservação ".

Entretanto, abandonou a sala o Vogal Manuel Gaspar Fernandes.

Postas à votação, as citadas propostas de recomendação mereceram aprovação por unanimidade.

Quero

Milly

Entretanto, reentrou o Vogal Manuel Alte da Veiga e abandonou a sala o Vogal João Matias.

De igual modo, o Vogal Antônio Rocha de Andrade, apresentou a seguinte proposta de recomendação: " Recomenda-se à Câmara Municipal de Aveiro que no ano de 1984, em termos definitivos, se estabeleçam a atribuição dos espaços, áreas e locais de implantação das Piscinas do Sporting Clube de Aveiro e do Pavilhão do Clube dos Galitos ".

Submetida à votação, aquela recomendação mereceu aprovação com 25 votos a favor e 3 abstenções.

Imediatamente a seguir, o Presidente submeteu à votação o objectivo 02 - Cultura, Desporto e Tempos Livres, tendo o mesmo merecido aprovação por unanimidade.

O Vogal Antônio Ferreira da Silva, no uso da palavra, fez a seguinte declaração de voto: " No ano passado, abandonei a bancada para não ter de votar este ponto, porque a Junta de Freguesia desconhecia, em absoluto, o que se passava àcerca da zona desportiva de S. Bernardo. Este ano votei favoravelmente porque já me sinto minimamente informado, porque ^{sou} absolutamente a favor da criação de uma zona desportiva em S. Bernardo e porque sou sócio fundador do que se pretende na parte desportiva, fazer. Votei a favor, ainda na convicção de que, na anunciada reunião com todas as entidades da freguesia, se venham a acabar com os conflitos graves e que tanto mal têm feito a S. Bernardo ".

Entretanto, abandonou a sala o Vogal Eduardo Ramalheira.

Também no uso da palavra, o Vogal Antônio Correia da Silva, fez a seguinte declaração de voto: " Votámos favoravelmente porque com as recomendações apresentadas e aprovadas, se poderão descentralizar os espectáculos às freguesias, dado que é uma medida extremamente importante e, ainda, porque foi aprovada a recomendação apresentada quanto ao início da preservação efectiva do património ".

OBJECTIVO 03 - ACÇÃO SOCIAL: - O Presidente da Câmara, no uso da palavra, começou por salientar o empenho da Câmara na construção do Infantário de S. Jacinto dada a ausência de outro tipo de apoio social naquela freguesia.

No âmbito do equipamento social, deu nota dos propósitos da Câmara em dotar as zonas rurais mais afastadas com instalações próprias, bem como da iniciativa de criar melhores condições de trabalho às Juntas de Freguesia da Vera-Cruz e Cacia e, ainda, à Delegação Escolar, por se verificar que

aquele Delegação tem necessidade imperiosa de possuir instalações próprias e suficientes.

De imediato, tomou a palavra o Vogal Fernando Almeida e Silva para se referir ao facto de se não registar qualquer iniciativa quanto à criação de novos parques infantis nem tão pouco à conservação dos existentes.

Solicitou, ainda, esclarecimentos quanto aos critérios de atribuição de verbas às instalações de acção social, nomeadamente ao Centro de Bem-Estar Infantil da Vera - Cruz e ao Centro de Bem-Estar Infantil de S. Bernardo que tem desenvolvido uma acção extraordinária de carácter Social e Infantil, destacando a construção de um edifício para servir de Posto Médico, que será alugado ao Ministério da Saúde, a construção de uma casa mortuária completa bem como a previsão da construção de um Centro de Dia para a terceira idade.

Relativamente ao equipamento social perguntou para quando se prevê a construção de um edifício definitivo para a Assembleia Municipal, bem como para quando se prevê a construção e a distribuição das novas bancadas da Assembleia. Perguntou, ainda, porque não se encontra projectada a construção da nova sede da Junta de Freguesia de S. Bernardo.

Concluindo a sua intervenção, manifesta a sua adesão às iniciativas previstas no plano.

Também no uso da palavra, o Vogal Manuel Alte da Veiga, perguntou se há qualquer previsão quanto ao possível alargamento do recreio do Centro de Bem -Estar Infantil da Vera -Cruz, dada a exiguidade das suas dimensões.

Seguidamente, usou da palavra o Vogal António Rocha Andrade para perguntar qual a finalidade da verba prevista no projecto 07- outras, dado tratar-se de uma verba considerável.

Referiu, ainda, o facto de se não préver a construção de um auditório, que poderia vir a servir para realização das reuniões da Assembleia Municipal e para a promoção de outras realizações.

De imediato, o Vogal Cabral Monteiro, no uso da palavra, aproveitou a oportunidade para denunciar, com muita satisfação e uma profunda emoção, a inclusão no Plano de Actividades para o ano corrente a aquisição de instalações para a Junta de Freguesia da Vera -Cruz, dado ser uma das grandes reivindicações dos municípes residentes naquela freguesia e de todo o executivo da Junta de Freguesia.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara informou que a verba prevista no objectivo 07- outras se destinada a apoiar iniciativas da Câmara, nomeadamente no que se refere à aquisição de parques infantis e, ainda, iniciativas não previstas. Mais referiu que o facto de não se prever qualquer iniciativa para a construção da Junta de Freguesia de S. Bernardo não significa que a Câmara não esteja atenta ao facto. Contudo, refere que não poderá ser tomada qualquer iniciativa enquanto a Junta de Freguesia não definir a sua localização.

Mais informou que, embora a verba prevista não seja muito elevada, será distribuída por todas as instituições de carácter social existentes no concelho.

Relativamente ao novo edifício da Assembleia Municipal, informou que a questão nunca tinha sido colocada em termos de um novo edifício mas sim de novas bancadas, as quais se encontram em fase de construção, tendo sido corroborado pelo Presidente da Mesa.

Encerrada a discussão, na especialidade, do Objectivo - 03 - Acção Social, o Presidente submeteu-o à votação, tendo o mesmo merecido aprovação por unanimidade.

O Vogal António Ferreira da Silva, no uso da palavra e em termos de declaração de voto, manifestou-se nos seguintes termos: "Votei a favor porque sou um optimista talvez lírico e acredito que na alínea "outras", esteja incluído o arranque da Junta de Freguesia de S. Bernardo, por duas vezes prometido e nenhuma cumprido".

Neste momento, abandonou a sala o Vogal Cabral Monteiro.

OBJECTIVO 04 - SAÚDE: - Aberta a discussão, na especialidade, tomou a palavra o Vogal Fernando Almeida e Silva para se reportar à inclusão no Plano da aquisição final e beneficiações do Centro de Saúde de Esgueira, dado que o edifício já tinha sido adquirido com a promessa de que a Câmara ^{viria} a ser reembolsada das verbas dispendidas, reportando-se, ainda, ao apoio à instalação de postos - médicos.

Como é da competência do Ministério de Saúde a montagem de todos os departamentos de Saúde no país e mantê-los em funcionamento e como a inclusão de tais iniciativas suscita algumas dúvidas, solicitar os devidos esclarecimentos ao Presidente da Câmara.

Também no uso da palavra, o Vogal Rui de Brito perguntou se os 12 000 contos previstos no projecto - 01 correspondem ao pagamento final do Edifício do Centro de Saúde de Esgueira e qual a finalidade da verba de 250

Handwritten signatures and initials in blue ink.

contos prevista no projecto - 02.

Neste momento, abandonou a sala a Vogal Maria Helena Ca
melo.

De imediato, tomou a palavra o Presidente da Câmara para
informar que a verba de 12000 contos se destina a pagar a segunda e última
prestação da aquisição do edifício do Centro de Saúde de Esgueira e prestar
algum apoio no acabamento interior daquelas instalações.

Relativamente ao projecto 02 informou que a verba previs-
ta se destina, especialmente, a dotar o Posto - Médico de Eixo de melho-
res condições, dadas as suas precárias condições e dadas as dificuldades
dos Serviços Médico - Sociais em promover aquele melhoramento.

Encerrada a discussão, foi o mesmo submetido à votação
tendo merecido aprovação com 24 votos a favor e 1 abstenção.

OBJECTIVO 05 - HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO: - Sobre a maté-
ria em epígrafe, o Presidente da Câmara deu nota das iniciativas a levar a
efeito pela Câmara no âmbito da construção de habitação quer em promoção di-
recta quer em promoção indirecta através da aquisição de terrenos para auto-
construção, de contratos de desenvolvimento e, ainda, a possibilidade de se
desenvolver um programa 817/76, que consiste na construção de habitação social
através do crédito às Câmaras Municipais.

Mais referiu que as preocupações da Câmara no âmbito do
planeamento urbanístico estão expressas no Plano, bem como são preocupações
da Câmara promover a iluminação dos canais da ria e dos monumentos, a fim de
realçar o que ainda existe em Aveiro.

Entretanto, reentrou a Vogal Maria Helena Camelo.

De imediato, tomou a palavra o Vogal António Rocha Andra-
de para referir que, sendo o objectivo - 05 dos mais importantes do Plano, não
deveria ser discutido neste momento dada a saturação existente, provocada pela
longa duração da presente reunião.

Contudo, refere o perigo de que se reveste o crescimen-
to da cidade de Aveiro, porque considera que Aveiro não está a crescer como
uma grande cidade mas sim como uma vila grande, dado que tem estado ^{ausente} o planea-
mento urbanístico sério, a que a Câmara tem de dedicar todo o cuidado e aten-
ção rodeando-se de técnicos habilitados e competentes, tecendo, ainda, algumas
considerações no que se refere à problemática da habitação.

Como apontamento final, refere a chamada de atenção do
Conselho Municipal para o facto de ainda não ter sido criada a Comissão Muni-

Francisco Albuquerque
Maria Helena Dias Casmel 27.

cipal de Urbanismo, que é um elemento essencial no apoio à Câmara Municipal.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara corrobora as preocupações manifestadas pelo Vogal António Rocha Andrade, tecendo, ainda, algumas considerações tendentes a prestar os devidos esclarecimentos.

Encerrada a discussão na especialidade do Objectivo -05- Habitação e Urbanização, o Presidente submeteu-o à votação tendo merecido aprovação com 25 votos a favor e 1 abstenção.


De imediato, o Vogal António Correia da Silva, no uso da palavra, fez a seguinte declaração de voto: " Este ponto dividia-se em dois pontos. Na parte da habitação, apoiamo-lo totalmente. A nossa abstenção radica-se no facto do objectivo ter sido votado no conjunto dos seus programas ".

Também no uso da palavra, o Vogal António Rocha Andrade fez a seguinte declaração de voto: " A bancada do Partido Socialista votou favoravelmente o objectivo - 05 - Habitação e Urbanização, fundamental na perspectiva de que as reservas formuladas e que mereceram, de certa forma, o acolhimento do Sr. Presidente da Câmara, sejam consideradas ".

De seguida, tomou a palavra o Vogal José Luis Cristo para fazer a seguinte declaração de voto: " O grupo parlamentar do CDS votou favoravelmente e congratula-se pelo facto de, pela primeira vez, aparecer no Plano o estudo urbanístico de toda a zona compreendida entre a variante e a linha de caminho de ferro, por ser uma das zonas de expansão prioritária da cidade de Aveiro. Assim, faço votos e espero que esse estudo avance rapidamente, por forma a que haja em Aveiro novas zonas aptas para a construção urbana e para que se impeça a ocupação desordenada de outras zonas ".

Dado o adiantado da hora, o Presidente declarou suspensa a presente reunião.

Eram 19.00 horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta de tudo quanto se passou, e que, no que for omissa, melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, depois de subscrita por mim,  Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Aveiro.

Francisco Albuquerque